

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	DIREITO GLOBAL						
<b>DOCENTE</b>	PAULA WOJCIKIEWICZ ALMEIDA						
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR016	<b>PERÍODO</b>	3º	<b>NATUREZA</b>	OBRIGATÓRIA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	Introdução ao Direito Internacional. Domínios do Direito Internacional (Público e Privado). Formação e métodos do Direito Internacional. Sujeitos de Direito Internacional Público e Privado. O Estado como sujeito de Direito Internacional, reconhecimento e sucessão. Imunidades no Direito Internacional. Imunidade Estatal, Diplomática e Consular. Responsabilidade Internacional de Estados. Fontes do Direito Internacional (Público e Privado). Tratados Internacionais e prática brasileira. Conflito de Fontes do Direito Internacional. História e teoria das organizações internacionais. Panorama das organizações internacionais universais, regionais e sub-regionais das quais o Brasil faz parte. Direito Institucional e solução de controvérsias nas organizações internacionais. Tribunais internacionais. Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias). Manutenção da paz e da segurança internacional. Posição brasileira perante a ONU. Corte Internacional de Justiça e estudos da jurisprudência internacional contemporânea relevantes para o Brasil.						
<b>OBJETIVOS</b>	Refletir e compreender o papel do Estado, das Organizações Internacionais e dos indivíduos como sujeitos de Direito Internacional sob uma ótica contemporânea.						
<b>METODOLOGIA</b>	<p>A metodologia adotada será diversificada. Buscar-se-á, ao máximo, a construção do conhecimento em sala de aula, com debates dirigidos conforme leitura prévia, aliado a exposição de conteúdo. Ademais, os alunos serão incentivados à análise crítica de casos, que poderá ser feita por arguição ou apresentação em aula.</p> <p>Para isso, a será utilizada metodologia expositiva e participativa, bem como demais recursos didáticos. Serão realizados debates em grupo para discussão dos temas propostos, conjugados com análises jurisprudenciais comparadas. A maior parte dos pontos da disciplina será contextualizada mediante situações-problema específicas, o que pressupõe uma constante participação do aluno em sala de aula.</p> <p>Os principais métodos a serem utilizados poderão ser resumidos conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) análise de casos;</li> <li>(ii) análise de julgados;</li> <li>(iii) aulas expositivo-participativas;</li> <li>(iv) estudos dirigidos;</li> <li>(v) debates;</li> <li>(vi) resenhas.</li> </ul>						
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.						
	Outras:						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>							
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>						
1	Introdução ao Direito Internacional. Domínios do Direito Internacional (Público e Privado).						
2	Formação e métodos do Direito Internacional.						
3	Sujeitos de Direito Internacional Público e Privado.						

4	O Estado como sujeito de Direito Internacional, reconhecimento e sucessão.
5	Imunidades no Direito Internacional
6	Imunidade Estatal, Diplomática e Consular
7	Responsabilidade Internacional de Estados
8	Fontes do Direito Internacional (Público e Privado)
9	Tratados Internacionais e prática brasileira
10	Conflito de Fontes do Direito Internacional.
11	História e teoria das organizações internacionais
12	Direito Institucional e solução de controvérsias nas organizações internacionais
13	Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias).
14	Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias).
15	Manutenção da paz e da segurança internacional. Posição brasileira perante a ONU.
16	Corte Internacional de Justiça e estudos da jurisprudência internacional contemporânea.
17	Corte Internacional de Justiça e estudos da jurisprudência internacional contemporânea.
18	Moot Court
19	Moot Court
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Júri simulado conjugado com avaliação individual, escrita e anônima.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<p>CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. International Law for Humankind: Towards a New Jus Gentium. Leiden. Martinus Nijhoff, 2010.</p> <p>DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.</p> <p>WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. Direito das Organizações Internacionais: casos e problemas. Rio de Janeiro: FGV, 2014.</p> <p>WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. O Direito Internacional nas constituições brasileiras: evolução e desafios do treaty-making power / International Law in the brazilian constitutional texts: evolution and challenges of the treaty-making power. DIREITO DA CIDADE, v. 10, p. 359-392, 2018. (Disponível em: <a href="https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/32113">https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/32113</a>)</p> <p>WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. Imunidades jurisdicionais do Estado perante a Corte Internacional de Justiça: uma análise a partir do caso Alemanha vs. Itália. Revista Direito GV, v. 12, p. 516-541, 2016. (Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n2/1808-2432-rdgv-12-2-0516.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n2/1808-2432-rdgv-12-2-0516.pdf</a>)</p> <p>WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. Brazilian View of Responsibility to Protect: from Non-Indifference to Responsibility while Protecting. Global Responsibility to Protect, v. 6, p. 29-63, 2014. (Disponível em: <a href="https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&amp;handle=hein.journals/gloresp6&amp;id=54&amp;men_tab=srchresults">https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&amp;handle=hein.journals/gloresp6&amp;id=54&amp;men_tab=srchresults</a>)</p> <p>WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula; PEREIRA, MF. Revisitando os efeitos da assinatura de um tratado internacional: da obrigação de boa-fé à sujeição internacional do estado. Revista Direito GV, v. 9, p. 171-197, 2013. (Disponível em: <a href="http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/20896">http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/20896</a>)</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	<p>BROWNLIE, Ian. Principles of Public International Law. Oxford University Press. 7th ed., 2008.</p> <p>CASSESE, A.. International Criminal Law, ed. Oxford University Press, 2a edição, Estados Unidos, 2008, 550 p.</p> <p>SHAW, Malcolm. International Law. Cambridge University Press; 6 edition 2008.</p> <p>WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula; Jean-Marc Sorel (Org.) Latin America and the International Court of Justice: Contributions to International Law. 1. ed. London and New York: Routledge, 2016. v. 1. 326p.</p> <p>WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula. Mercosul: desafios para a implementação do direito e exemplos do Brasil, ed. Juruá, 2014, pp. 204-214.</p>